

VISÃO DO CORREIO

Dias das Mães: esperança e risco

O Brasil de comerciantes e consumidores assiste à aproximação de uma data que pode ser um divisor de perspectivas, se cuidados e recomendações sanitárias forem observados, ou um alívio temporário, seguido de novos agravamentos e mais restrições, caso um e outro lado se esqueçam de que o país segue no auge da pandemia, com taxas de contaminação e mortes aparentemente em vias de se estabilizar, mas em patamares altíssimos.

O contraste entre oportunidades e risco pode ser medido pelas expectativas em torno da data. O Dia das Mães é visto por setores do comércio como uma esperança de retomada do varejo depois de grandes períodos de quedas nos negócios, determinadas especialmente por restrições em cidades espalhadas pelo país.

Pesquisa de intenção de compras realizada pela Associação Comercial de São Paulo constatou que 59% dos brasileiros pretendem presentear no período, considerado pelo comércio uma espécie de “segundo Natal” de todo ano. Números que fazem brilhar os olhos de comerciantes sufocados por dívidas e quebra de receitas.

Em pesquisa de previsão de vendas para o primeiro semestre feita pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio-MG) ainda em fins de janeiro, o Dia das Mães também ganhava de qualquer outra ocasião quanto à estimativa de impacto nas vendas, na opinião de 36,4% dos entrevistados.

No Distrito Federal, o Sindicato do Comércio Varejista (Sindivarejista-DF), que representa 30 mil donos de lojas, estima que o lucro deve crescer 2% este ano. Não parece muito, mas o cenário é bem melhor que o de 2020, quando o país sentia os primeiros efeitos econômicos da crise sanitária que passou ontem da triste marca de mais de 400 mil mortes, e os ganhos do setor tiveram queda de 41% na ocasião, em âmbito nacional.

Diante das promessas de reaquecimento, as escolhas que se apresentam parecem claras, assim como suas consequências. Apostar todas as fichas na data, mas sem os necessários cuidados com medidas de segurança e distanciamento, surge como uma tentação a ser evitada, tanto por lojistas quanto por clientes.

Ceder ao impulso de recuperar, a qualquer custo, tempo e lucro perdidos em períodos de restrição pode significar abrir flancos a novos avanços da covid-19, com consequências econômicas desastrosas — pois outras restrições serão inevitáveis — e custos sociais imprevisíveis.

Obedecer aos protocolos sanitários disponíveis em várias cartilhas, por outro lado, pode representar menos consumidores nas lojas, maior despesa com prevenção e, portanto, menos dinheiro em caixa. Mas, considerando médio e longo prazos, aparece como a alternativa mais segura para preservar a saúde de clientes, trabalhadores e empresários, além da própria economia local, evitando que cidades, de um ponto de vista mais amplo, estejam expostas a novos picos de contaminação. O efeito colateral desejável, nesse caso, é a manutenção de lojas abertas por mais tempo, sem a necessidade de novos fechamentos de atividades.

Diante dessas opções, a contribuição da população e a fiscalização do poder público são fundamentais para tentar manter o controle sobre os indicadores da covid-19. É o que assinalam especialistas, enquanto a imunização contra a doença não atinge velocidade e patamares ideais. O aumento das transmissões em tempos de comércio flexibilizado tende a acontecer, como assinala o infectologista Geraldo Cunha Cury, da Universidade Federal de Minas Gerais. O quanto vai aumentar, depende de todos, completa. Pelo menos até este Dia das Mães, a fórmula da vacina mais acessível continua sendo combinar cautela e prevenção para preservar saúde e economia.



Quinho

>> Sr. Redator

Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Censo

O adiamento para 2022 do Censo Demográfico, previsto para 2020, é um crime abominável e deixa o país às cegas. Os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade ficarão sem informações atualizadas sobre o tamanho da população, suas condições de vida, níveis de renda, emprego, escolaridade, saúde e condição de saneamento. Sem essa radiografia do país, as ações do governo ficam fora da realidade e defasadas das necessidades da população. Ainda nesta pandemia, o ministro Guedes foi surpreendido com o montante de 40 milhões de “trabalhadores invisíveis” que atuam na economia informal. Por lei, o Censo deve ser feito a cada 10 anos, no início de cada década. A falta de informações é mais grave ainda, porque não foi feita, em 2015, a pesquisa nacional de contagem da população: pesquisa intermediária, entre os censos, para permitir a atualização dos dados. Assim, só dispomos de dados de 2010, atualizados por projeções que podem não mais corresponder à realidade. A falta desses dados prejudica os municípios brasileiros, pois embasam a distribuição de recursos do Fundo de Participação. Migrações, dinâmica populacional e pandemia podem ter alterado muito as populações municipais, com prejuízo para uma correta e justa distribuição de recursos. O orçamento do Censo foi reduzido de R\$ 2 bilhões para R\$ 43 milhões. Sem um orçamento mínimo de R\$ 200 milhões, o IBGE não pode selecionar, contratar e treinar, ainda neste ano, os 210 mil trabalhadores temporários para realizar o censo em 2022. Assim, o Censo só poderia ser feito a partir de 2023. Seria um prejuízo incalculável para todos: políticas públicas e investimentos privados, para o país e nosso futuro. Governo e Congresso demonstram, assim, que não estão interessados em conhecer a realidade e promover as políticas das quais o país precisa.

Ricardo Pires, Asa Sul

» Leio artigos e reportagens de especialistas sobre a importância do Censo, pelo segundo ano adiado, por falta de recursos no Orçamento da União. Os cortes no orçamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram tão grandes, que a presidente do órgão pediu demissão. Percebeu a falta de seriedade com a coleta de dados que são essenciais para a tomada de decisões e definições de políticas públicas. Se, para muitos, o episódio causou estranhamento, suponho que estavam fora do Brasil nos últimos dois anos e, aqui, aportaram há poucas dias ou semanas. Hoje, o governo é administrado por um grupo que não tem qualquer responsabilidade com a vida dos cidadãos, está de costas para a saúde, a educação, a segurança pública, para

Desabafo

>> Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Senadores governistas estão querendo transformar a CPI da Pandemia em CPI do Pandemônio...

Vital Ramos de V. Júnior — Jardim Botânico

Mesmo com os índices da covid-19 encobrindo a luz do Sol, o presidente prefere combater a sombra.

Eduardo Pereira — Jardim Botânico

Se o governo foi eficiente no enfrentamento da covid-19, não há motivo para os desatinos dos bolsonaristas no Congresso. Ou estou enganado?

Arthur de Castro — Asa Sul

O 1º de Maio não será comemorado. Quem não morreu pela covid está desempregado. Sem risco de aglomeração.

Fernando Moreira — Águas Claras

História: Jarbas Passarinho, o tenente-coronel da ditadura de 1964, disse: “Às favas... todos os escrúpulos de consciência”. O sobrinho, deputado Joaquim Passarinho apresentou projeto para “legalizar” o garimpo ilegal em terras indígenas.

Joaquim Antunes de Carvalho — Asa Norte

te Fux que o dinheiro para o Censo seja deduzido do orçamento do Judiciário! Se isso acontecer, em dois anos, é a primeira ideia que brilha no Olimpo!

Cauby Pinheiro Junior, Águas Claras

CPI da covid

O presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz, colocou um freio nos arroubos juvenis dos açodados serviços do governo, empenhados em atrasar e tumultuar os trabalhos da comissão. Aziz foi taxativo: “Nenhum senador é mais importante do que a CPI. Nem eu, nem o vice-presidente nem o relator. Aqui não existe senador melhor do que o outro”. Não há indícios, porém, de que os fantoches palacianos darão trégua e recolherão as flechas do arsenal de provocações contra o relator Renan Calheiros. Na tentativa torpe de desacreditá-lo junto à opinião pública.

Vicente Limongi Netto, Lago Norte



ROBERTO FONSECA
robertofonseca.df@dabr.com.br

De olho em 2022

A Constituição de 1988 não é chamada de cidadã à toa. Trouxe de volta muitos direitos civis e sociais que ficaram escondidos sob os porões da ditadura. A atual Carta Magna, no entanto, também passou a valorizar a investigação parlamentar. E é nas CPIs que o trabalho fica mais nítido. Afinal, nelas, os congressistas dispõem de poderes próprios de autoridades judiciais, como a quebra de sigilos e até a decretação de prisão.

A vida política pós-regime militar no Brasil é recheada de grandes CPIs. As investigações sobre o esquema de PC Farias no governo Collor, os anos do Orçamento, bingos (caso Cachoeira) e mensalão são belos exemplos de como contribuíram para o crescimento institucional do país. Revelaram não só corrupção e desvio de dinheiro público, mas, também, deixaram claro para a sociedade como poderosos da República atuavam nos gabinetes da Esplanada.

Agora, em meio à mais grave crise sanitária e econômica dos últimos 100 anos, uma nova CPI pode, sim, ser um novo marco no combate à pandemia no Brasil. Criada para investigar as ações do governo federal, a apu-

ração conduzida pelos senadores tem tudo para apontar as falhas na gestão de pessoal e de recursos públicos contra o novo coronavírus. Mas é preciso, primeiro, superar essa guerra de narrativas entre governistas e oposição. É evidente que os aliados do Planalto vão tentar de tudo para retardar o trabalho da comissão, mas a CPI não pode ser palco de uma batalha eleitoral. Não é hora, nem isso que está em investigação.

É preciso, por exemplo, que a CPI olhe para o passado e mire o futuro. Veja o que ocorre no processo de vacinação. Cada pronunciamento do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, é para dizer que virão menos doses do que o previsto. Como assim? Onde está a falha? São perguntas importantes que merecem respostas. Mas é preciso ter em mente também como será em 2022. Não, não estou falando de eleição, mas, sim, sobre o que está sendo feito e contratado para garantir uma campanha nacional mais célere e abrangente no ano que vem. Quem serão os fornecedores? Todos nós queremos um futuro melhor que o presente. E a CPI poderá, sim, contribuir. É o que esperamos.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Candôes, e VII e 14

ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA
Diretor Presidente

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Paulo Cesar Marques
Diretor de Comercialização e Marketing

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Diretor Financeiro

Plácido Fernandes Vieira e Vicente Nunes
Editores executivos

CORPORATIVO
Josemar Gimenez
Vice-presidente de Negócios Corporativos

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax: (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526; 3214.1211; Fax: (61) 3214.1205 - Sucursal São Paulo: ENL, Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732 - 7º andar - Jardim Paulista - CEP: 01403-000 - São Paulo/SP Tel: (11) 3372-0022; E-mail: assidosspp@uigigga.com.br; Sucursal Rio de Janeiro: End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 a 120, Bloco 2, 1º andar - São Cristóvão - CEP: 20940-200 - Rio de Janeiro/ RJ, Tel: (21) 2263-1945; E-mail: sucursalarj@uigigga.com.br; REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo - Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 - Barro Preto - CEP: 30.180-070 - Belo Horizonte/MG; Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: comercial@midiaabril.com.br; Região Sul - HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 608 - Menino Deus - CEP: 90.160-240 - Porto Alegre/RS; Tel.: (51) 3231-6287; E-mail: hrrm@hrmmultimidia.com.br; Regiões Nordeste e Centro Oeste - Goiânia: Exito Representações - Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C.2, Jardim Planalto - CEP: 74333-140, Goiânia-GO - Telefones: 62 3085-4770 e 62 98142-6119. Brasília: S4 Publicidade e Representações, SCS Qda G2, Bl. D - 15º andar - Ed. Oscar Niemeyer - salas 1502/3 - CEP: 70.316-900 - Brasília/DF: (61) 3201-0077/10072; E-mail: Thiago@supublicidade.com.br; Região Norte - Meio & Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K - Ed Embassy Tower, salas 701/2 - CEP: 73.340-000 - Brasília/DF; Tel.: (61) 3964-0963; E-mail: atendimento@meioemidia.com.br.

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência Noticiosa Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e DA Press, tel: (61) 3214-1131.

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO
Assinante/leitor/ classificados: 3342-1000

VENDA AVULSA	ASSINATURAS*	
	SEG/SÁB	DOM
Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 2,50	R\$ 4,00
MG/RJ/SP	R\$ 4,00	R\$ 5,00
TO/MA/CE/PI	R\$ 4,00	R\$ 5,00
RN/PB/PE	R\$ 4,00	R\$ 5,00

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342.1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

DA Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIC Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DE de segunda a sexta, das 13h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 18h/sábados, das 14h às 21h
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582/1568/0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA LOG
Agenciamento de Publicidade